



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CONTRATO UFCG/PRA Nº 048/2012**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE APOIO  
ADMINISTRATIVO PARA O  
CAMPUS DE SOUSA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE –  
UFCG E A EMPRESA ZELO  
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
LTDA, DE ACORDO QUE O QUE  
CONSTA NO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 57/2012 E NOS  
TERMOS ABAIXO:**

Aos dois dias do mês de Outubro do ano de 2012, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**, CNPJ 05.055.128/0001-76, sediado na Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, Campina Grande – PB, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu magnífico Reitor, Prof. Thompson Fernandes Mariz, portador da Cédula de Identidade n.º 751599 SSP/PB, CPF 160.623.704-75, e a empresa **ZELO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, CNPJ 10.339.944/0001-41, sediada à Rua Joaquim Gonçalves Ledo, 75, Centenário, Campina Grande/PB, CEP 58428-195, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Bruno Gonçalves da Costa, RG 2.314.170 SSP/PB, CPF 029.905.964-29, tendo em vista o que consta no Processo nº 23096.018442/12-76, e em observância às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450/05, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 2271, de 7 de julho de 1997, na IN SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008, IN nº 03 de 15/10/2009, IN nº 04 de 11/11/2009 e IN nº 05 de 18/12/2009 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e legislação correlata, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 057/2012, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares, de natureza acessória, instrumental e/ou complementar, para atender a demanda do Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, para auxiliar servidores desta Insituição na execução dos programas e projetos sociais desenvolvidos por esta Pasta, em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência que originou a presente contratação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS**

### **Da Execução dos Serviços:**

2.1 Os serviços serão executados na sede do Campus de Sousa/PB, localizado no localizado na Rua Sinfrônio Nazaré, 38, Centro, Sousa – PB – Campus Antigo e na BR 230, Km 455,2 –, Sousa – PB - Campus Novo.

2.2 Os serviços a serem executados compreendem as categorias abaixo, até as quantidades descritas abaixo, para cada tipo de postos de trabalho, conforme o seguinte quadro:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário Mensal (R\$)</b>	<b>Valor Total Mensal (R\$)</b>	<b>Valor Anual (R\$)</b>
Auxiliar de Serviços Gerais	60	1.313,87	78.832,20	R\$ 945.986,40
Cozinheiro	10	1.410,30	14.103,00	R\$ 169.236,00
Eletricidade	4	1.856,58	7.426,32	R\$ 89.115,84
Carpinteiro	4	1.452,73	5.810,92	R\$ 69.731,04
Alvenaria	4	1.452,73	5.810,92	R\$ 69.731,04
Recepção	45	1.410,30	63.463,50	R\$ 761.562,00
Manutenção	10	1.856,58	18.565,80	R\$ 222.789,60
Telefonista	10	1.329,05	13.290,50	R\$ 159.486,00
Jardineiro	4	1.410,30	5.641,20	R\$ 67.694,40
Motorista	10	2.372,49	23.724,90	R\$ 284.698,80
<b>Total</b>			<b>236.669,26</b>	<b>R\$ 2.840.031,12</b>

### **Dos Critérios de Acompanhamento, Controle e Aceite dos Serviços:**

2.3 A CONTRATANTE, por intermédio da Pró-reitoria de Administração da UFCG e/ou do fiscal do contrato, poderá, ao seu exclusivo critério, exigir a imediata substituição de profissionais alocados para execução dos serviços contratados.

2.4 A CONTRATANTE poderá também rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com as condições e parâmetros previstos em Contrato, estabelecidos em norma legal ou na respectiva ordem de serviço, sob o aspecto de quantidade, de qualidade e/ou técnico.

2.5 A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados a bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, que sejam decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer, a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

2.6 A CONTRATADA deverá manter atualizado e disponível à CONTRATANTE, Diário de Ocorrências contendo os registros de fatos relativos aos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal etc.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

2.7 O pagamento dos serviços prestados neste contrato somente será realizado após o recebimento e conferência, pela Pró-reitoria de Administração da UFCG e fiscal contratual, e da anuência aos serviços prestados, pela unidade em que os profissionais prestaram seus serviços.

2.8 A CONTRATADA deverá a encaminhar à Pró-reitoria de Administração da UFCG e/ou e fiscal do Contrato, juntamente com o relatório mensal de serviços, o registro da frequência de seus empregados e cópia da correspondente folha de pagamento. Eventuais faltas e atrasos serão deduzidos do valor da fatura mensal dos serviços executados no período, exceto se devidamente substituídos por profissionais especificamente alocados ao contrato, na forma estabelecida por este Termo de Referência.

2.9 Em razão da ausência de parâmetros históricos que fundamentem adequadamente a futura avaliação dos serviços utilizados pela CONTRATANTE, definimos parâmetros de desempenho e de penalização pecuniária pelas falhas na execução do serviço, praticadas pela CONTRATADA, mediante prescrições estabelecidas neste Edital e respectivo contrato. Nesse sentido, adotaremos esses critérios, sob condição de Acordo de Nível de Serviços – ANS entre as partes, previsto na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 2008, alterada pela Instrução Normativa SLTI nº 3, de 2009.

2.10 A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços que lhes couber, na forma da legislação em vigor.

2.11 Sem prejuízo do disposto neste termo de referência, a fiscalização do contrato obedecerá às disposições do Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MP nº 3, de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.12 Os pagamentos mensais periódicos, pela CONTRATANTE, condicionar-se-ão à efetiva comprovação de que a CONTRATADA cumpriu todas as suas obrigações, especialmente as de natureza trabalhista, previdenciária, social e fiscal, quanto aos profissionais alocados a serviços realizados em benefício da UFCG, na forma prescrita por este Termo de Referência, no Edital e/ou na legislação pertinente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

3.1 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma pré-estabelecida no item 5 do Termo de Referência.

3.2 Fornecer os crachás de identificação, de uso obrigatório para acesso às dependências do órgão, do primeiro ao último dia de prestação de serviços, conforme modelo proposto pela CONTRATANTE.

3.3 Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, relação nominal, contendo o n.º do CPF dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, seus respectivos endereços residenciais, unidade administrativa da UFCG à qual prestou o serviço, localizações físicas dos locais de trabalho e telefones para contato, devendo comunicar qualquer alteração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

3.4 Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante legal ou preposto, para tratar de todos os assuntos relacionados a este contrato, junto à CONTRATANTE, sem ônus adicional para a UFCG.

3.5 Cumprir a legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e social relativamente a todos os profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho, ao pagamento de salário no prazo da lei, apresentando, previamente, à CONTRATANTE, calendário de pagamento dos prestadores de serviços que exercem suas atividades na UFCG.

3.6 Iniciar, após recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência e em Edital.

3.7 Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos por força de Lei.

3.8 Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

3.9 Atender de imediato as solicitações para a substituição de pessoal considerado inadequado para a prestação dos serviços.

3.10 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Termo de Referência.

3.11 Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura.

3.11.1 O relatório mensal de frequência deverá conter, também, informação sobre a unidade administrativa da CONTRATANTE onde o prestador de serviços exerce suas atividades, para contato e acompanhamento por parte do fiscal do contrato.

3.12 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.

3.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações obriga-se prontamente a atender.

3.14 Fornecer aos seus empregados vale-alimentação/refeição, no mínimo nas mesmas condições estabelecidas em dissídios, acordos ou convenções coletivas, se houverem.

3.15 Fornecer aos empregados vale transporte (desde o endereço residencial do prestador de serviço até o local de trabalho e vice-versa), bem assim o Plano de Saúde Básico, sujeito às alterações estabelecidas em dissídios, acordos ou convenções coletivas, se houverem.

3.16 Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, não transferindo a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem onerando o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo subsidiário ou de solidariedade ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

3.17 Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto do contrato, como condição fundamental para o atesto e liberação dos pagamentos das faturas apresentadas ao UFCG.

3.18 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

3.19 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto à UFCG ou a terceiros, desde que comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.20 Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

3.21 Reconhecer que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da UFCG, não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

3.22 Elaborar e apresentar à UFCG, mensalmente, relatório detalhando o quantitativo por categoria dos serviços prestados, além de outros relatórios, relacionados ao Contrato, solicitados pela CONTRATANTE.

3.22.1 O Relatório Mensal servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

3.23 Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da Contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.

3.24 Ressarcir eventuais despesas de telefonia que porventura venham a ser apuradas em decorrência da utilização indevida, por seus empregados, de linhas diretas e ou ramais com aparelhos de telefone e/ou fax.

3.25 Manter os postos e funções ocupadas durante os afastamentos de empregados em decorrência de faltas, férias ou qualquer outro motivo, devendo todas as substituições serem comunicadas por escrito à CONTRATANTE, sendo que os empregados substitutos deverão ser orientados sobre a natureza dos serviços e, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE pelo preposto da CONTRATADA.

3.25.1 Assegurar que os profissionais substitutos tenham a mesma qualificação, competência e experiência dos substituídos, condicionando-se à aprovação da CONTRATANTE.

3.26 Efetuar os pagamentos mensais aos seus empregados na UFCG até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fim do mês respectivo, demonstrando o recolhimento no prazo legal de todos os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, bem como, sempre que lhe for solicitado, as comprovações de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, inclusive, entrega de vales-transporte, tickets-alimentação e planos de saúde, conforme condições regularmente estipuladas.

3.27 Abster-se de utilizar eventuais atrasos no pagamento de fatura, pela UFCG, decorrente de falhas no faturamento, falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-realização dos pagamentos aos seus empregados, nas datas regulamentares.

3.28 Manter os seus empregados atualizados tecnologicamente, arcando com todos os ônus, referentes aos treinamentos e participação em eventos de natureza técnica e/ou operacional que permitam a prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência em regime de excelência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

- 4.1 Acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto nomear fiscal de contrato que se responsabilizará pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste documento.
- 4.2 Disponibilizar os locais e os meios materiais para a execução dos serviços.
- 4.3 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 4.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato;
- 4.5 Autorizar o acesso às dependências do CONTRATANTE, de todos os profissionais envolvidos nos serviços, desde que devidamente identificados;
- 4.6 Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer prestador de serviço ou preposto cujo desempenho ou atuação seja considerado inadequado aos padrões de comportamento das áreas de trabalho no Serviço Público, produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atividades e tarefas que lhe tenha sido designadas;
- 4.7 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 4.8 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS**

- 5.1 Pelos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os preços mensais abaixo indicados, por posto de serviço efetivamente executado, levando-se em consideração cada categoria de serviço a seguir relacionada:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Auxiliar de Serviços Gerais	60	1.313,87	78.832,20	R\$ 945.986,40
Cozinheiro	10	1.410,30	14.103,00	R\$ 169.236,00
Eletricidade	4	1.856,58	7.426,32	R\$ 89.115,84
Carpinteiro	4	1.452,73	5.810,92	R\$ 69.731,04
Alvenaria	4	1.452,73	5.810,92	R\$ 69.731,04
Recepção	45	1.410,30	63.463,50	R\$ 761.562,00
Manutenção	10	1.856,58	18.565,80	R\$ 222.789,60
Telefonista	10	1.329,05	13.290,50	R\$ 159.486,00
Jardineiro	4	1.410,30	5.641,20	R\$ 67.694,40
Motorista	10	2.372,49	23.724,90	R\$ 284.698,80
<b>Total</b>			<b>236.669,26</b>	<b>R\$ 2.840.031,12</b>

- 5.2 O valor total mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 236.669,26 (duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos), perfazendo o valor total global estimado de R\$ 2.840.031,12 (dois milhões, oitocentos e quarenta mil e trinta



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

e um reais e doze centavos), podendo, nos casos de prorrogação previstos no art. 57 Inc. II da Lei 8.666/93, atingir o valor estimado de R\$ 14.200.155,60 (catorze milhões, duzentos mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

6.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao volume de serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será realizado, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, e documentos anexos, que ocorrerá até o quinto dia útil subsequente ao da prestação do serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes:

- (1º) recolhimento dos Encargos Sociais (FGTS e INSS), relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços;
- (2º) do respectivo relatório de atividades, no qual constem os descontos a serem procedidos, em virtude de postos de serviço que tenham ficado descobertos durante o mês de referência;
- (3º) dos documentos de comprovação de atendimento às ressalvas e restrições apontadas pela Fiscalização Contratual;
- (4º) documentos que comprovem entrega tempestiva, aos seus empregados, de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou sociais, por exemplo: vales-transporte e vales-alimentação etc.

7.2 Os apontamentos elaborados formalmente pela Fiscalização Contratual ou pela área competente, por apuração própria ou fundamentada nas respostas de consultas formuladas às áreas fim e meio da UFCG, em que atuem os profissionais terceirizados, serão utilizados como parâmetro de redução de preço mensal, conforme condições estabelecidas em Acordo de Níveis de Serviço adotado entre as partes contratadas.

7.2.1 Os descontos estabelecidos no item 14.2 do Termo de Referência serão realizados:

- (1º) à proporção de 1/44 (um quarenta e quatro avos) do valor mensal do posto para cada respectivo atraso diário superior a 15 minutos;
- (2º) à proporção de 1/22 (um vinte e dois avos) do valor mensal do posto para cada dia de atraso, além do prazo-limite de apresentação de novo profissional em substituição;
- (3º) à proporção de 1/11 (um onze avos) do valor mensal do posto para cada falta diária e/ou posto descoberto.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

7.2.2 Entende-se por posto descoberto a ausência igual ou superior a 1 (uma) hora/dia, do funcionário alocado à respectiva prestação dos serviços.

7.3 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S.A., e creditada no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial.

7.3.1 O crédito para pagamento deste item será suspenso nos casos de descumprimento das regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, estabelecidas pelo art. 19-A da Instrução Normativa SLTI nº 2, de 2008, e modificações, conforme condições dispostas no edital do procedimento licitatório até que a situação seja comprovadamente regularizada.

7.4 Na forma disposta no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e na Instrução Normativa nº 306, de 2003, da Secretaria da Receita Federal – SRF, na ocasião dos pagamentos a CONTRATANTE reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre pagamentos que efetuar à CONTRATADA.

7.4.1 Antes de efetuar cada pagamento à CONTRATADA, realizará consulta ao SICAF para confirmar a regularidade de suas condições de habilitação, conforme as exigências do processo licitatório, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo correspondente.

7.5 O valor correspondente à aplicação de multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, ou deduzido da garantia contratual, que deverá, neste caso, ter seu valor repostado em até 15 dias corridos, ao critério exclusivo da UFCG. Na eventualidade daquela quantia exceder o crédito ou garantia existentes, a diferença, no caso de não adimplida, será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

7.6 O Relatório Mensal referenciado no Termo de Referência, item 12.22 servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

7.7 Em razão da súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 03/2009, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, de acordo com o art. 19-A da IN/SLTI/MOPG nº 02/08, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

---

**CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO**

- 8.1 Os preços poderão ser repactuados, desde que por solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, após o decurso mínimo de um ano da data do acordo, da convenção ou do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 9.1 As despesas com a execução dos serviços, objeto do presente Contrato, neste exercício, correrão à conta do orçamento específico, reservado na Unidade Gestora 158195 – Universidade Federal de Campina Grande.
- 9.2 Para tanto foi emitida a Nota de Empenho nº 2012NE801885

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA**

- 10.1 Para assinatura do Contrato, decorrente do procedimento licitatório do presente Termo de Referência, a CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos do artigo 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual ou da data de satisfação de eventual pendência de natureza financeira junto à CONTRATANTE, dentre estas a maior.
- 10.2 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.
- 10.2.1 Na hipótese de que este pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para depósito em juízo trabalhista destinado ao pagamento das verbas trabalhistas pendentes, realizado diretamente pela Administração.
- 10.3 Obrigatoriamente, a garantia deverá cobrir, também, eventuais penalidades de multas contratualmente estabelecidas e reposições ao erário, pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

- 11.1 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração e judicial, nos termos do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1 Conforme os termos e condições estabelecidos no Edital e Termo de Referência, sempre que a CONTRATADA deixar de cumprir integralmente sua proposta e/ou de manter durante a execução do Contrato todas as condições habilitatórias que lhe garantiram a vitória na licitação, prejudicando, desse modo, a presente contratação, estará sujeita à sanção de multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor deste instrumento, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicada em dobro no caso de reincidência.

12.2 O atraso injustificado na execução do objeto implicará em multa de mora em desfavor da CONTRATADA, a qual será computada sobre o valor da nota fiscal conforme especificações a seguir:

- a) do 1º (primeiro) ao 30º (trigésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso;
- b) do 31º (trigésimo primeiro) ao 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso: aplicação de multa de 0,044% (quarenta e quatro milésimos por cento) por dia de atraso;
- c) do 46º (quadragésimo sexto) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,050 (cinquenta milésimo por cento) por dia de atraso.
- d) Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão flagrante inexecução do Contrato.

12.3 A multa que alude o item 12.2 não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este Contrato, e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

12.4 Previamente à aplicação de multas previstas neste artigo, ou de qualquer outra sanção, poderá a CONTRATADA apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que for notificada.

12.5 Se a multa for de valor superior ao da garantia financeira prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

12.6 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou, ainda, pelo descumprimento de obrigação contratual, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) advertência;
- b) multa, conforme previsto no Termo de Referência que originou a presente contratação.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o UFCG, por prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.7 A critério do CONTRATANTE, as sanções previstas nos incisos "I", "III" e "IV" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as previstas no inciso "II", facultada a defesa prévia do CONTRATADO, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

---

12.8 A sanção relativa ao item "IV" do subitem 12.6 é de competência exclusiva do Pró-reitor de Administração da UFCG, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

12.9 As sanções serão devidamente cadastradas no SICAF.

12.10 Da sanção aplicada, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

12.11 Caberá ao Ordenador de Despesas, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível.

12.12 A licitante que ensejar o retardamento da execução da presente licitação, não mantiver a proposta oferecida, falhar ou fraudar a execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

13.1 A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 Este contrato vigorará por 12 (doze) meses, a partir de 01/11/2012, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, de acordo com o disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666 de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

15.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, no mês subsequente ao de sua assinatura, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA -DA LEGISLAÇÃO E FORO**

16.1 Fica expressamente acordado que as relações decorrentes do presente contrato se aplicarão as soluções preconizadas na legislação brasileira. As partes elegem o foro da Justiça Federal de Bento Gonçalves, RS, para as questões decorrentes deste contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas a expensas da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA -DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.


E assim, por estarem justas e acertadas, assinam o presente em 03 (duas) vias, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo firmadas.

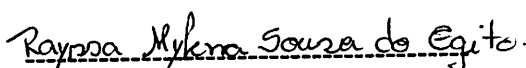
Campina Grande-PB, 04 de Outubro de 2012.

  
Thompson Fernandes Mariz  
Reitor da UFCG

  
Bruno Gonçalves Costa  
Contratado

TESTEMUNHAS:

  
Grazieli F. Rodrigues Marcelino  
CPF: 403.057.398-32.

  
Rayssa Mylena Souza do Egito.  
CPF: 066.761.244-08